

ARTIGOS

ARTIGOS

ARTIGOS



UM ESTUDO DAS MORADIAS AUTOCONSTRUÍDAS NA COMUNIDADE DA LUZ, EM BELÉM-PB

A STUDY OF SELF-BUILT HOUSES IN COMUNIDADE DA LUZ, IN BELÉM-PB

BARBOSA, HELOISA CRISTINE SOUZA LIMA¹; DIMENSTEIN, MARCELA².

¹Arquiteta e Urbanista, Centro Universitário de João Pessoa, barbosaheloisac@gmail.com

²Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de João Pessoa, mmarcelad@gmail.com

RESUMO

O déficit habitacional é um problema histórico, uma vez que os problemas urbanos enfrentados no Brasil são reflexos de um passado caracterizado pela desigualdade social. Desse modo, a autoconstrução surge como uma estratégia de acesso à moradia utilizada pelas populações menos favorecidas financeiramente. Esta pesquisa teve como objetivo identificar práticas de autoconstrução na Comunidade da Luz em Belém-PB e classificá-las em diferentes categorias de moradias, analisando os problemas associados à autoconstrução e às necessidades habitacionais expressas pelos moradores. Assim, buscou-se contribuir com pesquisas que procuram abordar a questão do direito à moradia digna e adequada, o que representa um desafio tanto para o âmbito acadêmico quanto para a sociedade e o Estado brasileiro.

ABSTRACT

The housing deficit is a historical problem, since the urban problems faced in Brazil are reflections of a past characterized by social inequality. In this way, self-construction emerges as a strategy for accessing housing used by less financially advantaged populations. This research aimed to identify self-construction practices in Comunidade da Luz in Belém-PB and classify them into different housing categories, analyzing the problems associated with self-construction and the housing needs expressed by residents. Thus, we sought to contribute to research that seeks to address the issue of the right to decent and adequate housing, which represents a challenge both in the academic sphere and for society and the Brazilian State.

Palavras-chave: déficit habitacional; habitação; autoconstrução; categorização.

Key-words: housing deficit; housing; self-construction, categorization.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, investiga-se a estratégia de autoconstrução por meio da classificação de diferentes categorias de moradias encontradas na Comunidade da Luz, localizada na cidade de Belém – PB, distante 123 km da capital paraibana. A prática da autoconstrução, conforme discutida por Silva et al. (2023), é comumente adotada pela população de baixa renda, moradora de regiões periféricas das cidades, como forma de lidar com os desafios relacionados ao acesso à moradia.

Autores como Cunha (2020) e Balthazar (2012) apontam a crise habitacional no Brasil como um reflexo das desigualdades sociais e do autoritarismo enraizados em nosso passado colonial. A relação histórica entre riqueza e propriedade de terras perpetuou tais desigualdades até meados do século XIX (Whitaker, 2005), quando a Lei de Terras estabeleceu uma divisão clara entre as classes dominantes e as trabalhadoras, tornando o acesso à terra ainda mais difícil para os setores menos privilegiados da sociedade. Embora o Estado tenha interferido nas políticas habitacionais em diversas etapas, segundo Bonduki (1998), tais intervenções não conseguiram atender às necessidades da população de baixa renda. Como consequência, o problema do déficit habitacional brasileiro vem ganhando proporções cada vez mais preocupantes ao longo das últimas décadas.

Nos últimos 30 anos, período que coincide com a redemocratização do país, alguns redirecionamentos significativos foram feitos na política habitacional brasileira, tais como: o financiamento de conjuntos habitacionais, a criação do Sistema Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, Programa Minha Casa Minha Vida, dentre outras iniciativas (Gonçalves, 2002; Brasil, 2009; Maricato, 2013; Oliveira, 2014; Aguiar, 2015; Drumond et al., 2016; Silva, 2018). Contudo, a despeito de todos estes avanços, a complexidade da questão habitacional é imensa. Há uma intrincada associação com os interesses econômicos e políticos que faz com que as políticas habitacionais estatais ainda não respondam satisfatoriamente às necessidades de grande parcela da população brasileira (Morado Nascimento, 2015). A exclusão urbana persiste, com a população de baixa renda sendo marginalizada para áreas periféricas da cidade e sem acesso à moradia por meio do mercado formal (Gonçalves, 2002; Silva, 2018). Em razão disto, a autoconstrução foi progressivamente tornando-se uma estratégia de construção para uma significativa parcela da popula-

ção brasileira, historicamente desatendida que “resolve sua necessidade por conta própria, providenciando diretamente a construção e gestão de suas casas” (Ferreira, 2020, p. 52), na maioria das vezes, sem suporte técnico, em terrenos não regularizados e utilizando da infraestrutura disponível para a sua realidade financeira. Para Morado Nascimento (2011) e Lopes (2015, p.34), a prática da autoconstrução é por si só subversiva e “as soluções encontradas são um híbrido da disponibilidade com a emergência da situação”, sendo uma resposta autônoma de cada morador às suas necessidades habitacionais. Portanto, as habitações autoconstruídas são um reflexo da histórica desigualdade do país, constituindo-se como uma resposta possível de uma determinada classe social diante da necessidade de sobrevivência e abrigo (Linhares; Morado Nascimento, 2018, p. 149).

Porém, há muita controvérsia e conflitos em torno da prática da autoconstrução, em particular, entre arquitetos e engenheiros e os autoconstrutores, os quais, segundo pesquisa conduzida em 2015 pelo CAU/BR (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), em parceria com o Instituto Datafolha, são responsáveis por 85% das reformas e/ou construções realizadas no Brasil, as quais, por sua vez, são feitas sem a intervenção de um profissional especializado. Esses dados apontam a magnitude que a prática da autoconstrução representa no país e de como está presente na vida cotidiana das famílias brasileiras.

Diante da relevância da temática e entendendo que é uma prática também encontrada no Nordeste brasileiro, desenvolveu-se um estudo em uma comunidade do agreste paraibano com o objetivo de conhecer a realidade de suas moradias. Trata-se da Comunidade da Luz, no município de Belém, situada ao norte da cidade, que surgiu em meados da década de 1980 como um loteamento, e hoje está plenamente ocupada, contando com 530 lotes. Neste artigo, pretende-se apresentar os resultados da aproximação à referida comunidade, analisando as condições das moradias por meio da identificação de diferentes categorias e soluções construtivas presentes nas autoconstruções.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE AUTOCONSTRUÇÃO

Segundo Morado Nascimento (2011, p.4), a prática da autoconstrução é uma alternativa autônoma de garantir o direito à moradia, pilar fundamental para minimizar desigualdades socioespaciais. Para a autora, a

literatura sobre o tema aponta que esta prática é uma resposta à inadequação das recentes políticas habitacionais no país, sendo motivada por diversos fatores, como: a falta de acesso à moradia, os altos custos de contratação de profissionais e os trâmites burocráticos para a aprovação de projetos em órgãos legais. Neste artigo, essa estratégia é compreendida como um efeito do modo de produção capitalista nas periferias urbanas latino-americanas e do cotidiano de vida de uma parcela da população que enfrenta variados obstáculos ao direito à cidade (Cavalcanti; Araújo, 2023), não sendo contemplada pelas políticas públicas nem pelo mercado habitacional formal.

No contexto do debate atual sobre a democratização da arquitetura e das políticas públicas de habitação de interesse social (Vidal, 2008), tem-se problematizado cada vez mais a disputa de saberes e poderes envolvida na prática da autoconstrução. Essa discussão abrange o modelo hegemônico de produção habitacional, os preconceitos associados aos moradores, a desqualificação das técnicas e saberes ‘não científicos’ e a percepção da ‘má qualidade’ da autoconstrução. Compreende-se o valor das soluções encontradas e das táticas usadas em cenários adversos, configuradas como experiências transformadoras do saber/poder quanto como parte inerente e potente dos movimentos inventivos pelo direito à cidade e à moradia (Lopes, 2015; Santos, 2015), indicando que a autoconstrução é um modo de construção possível (Cardoso; Tavares, 2017).

A formação do arquiteto também tem sido alvo de questionamentos, especialmente em relação à sua atuação nesses cenários. Critica-se o uso de modelos padronizados e desconectados das necessidades dos moradores, assim como a autoridade técnica que não envolve a participação dos moradores na concepção dos projetos nem preserva suas tradições. Vários autores destacam a necessidade do arquiteto ser um criador de interfaces, um investigador da cultura local, um tradutor dos desejos dos moradores, um técnico que aperfeiçoa saberes populares (Santos, 2019; Burnett *et al.*, 2021; Carvalho *et al.*, 2022). Linhares e Moraço Nascimento (2018, p. 151) propõem

o arquiteto como mediador de informações entre o saber técnico e o saber dos moradores. O profissional deixa de ser quem recebe demanda ou soluciona problemas, mas aquele que abre mão do poder sobre o desenho técnico (como projeto ou ordem de serviço). Assim, passa a ser um provocador, um proposito, um assessor técnico, capaz de fornecer dados e informações importantes para a prática autoconstrutora.

Nesse cenário, surge a Lei da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) em 2008, assegurando acesso à moradia digna e à arquitetura e engenharia para atender as demandas habitacionais. A instrução normativa Nº 46, de 2009, apresenta modalidades de ação para a ATHIS, incluindo projetos para produção habitacional e urbanização de assentamentos precários, bem como assistência técnica para melhoria, conclusão e construção de unidades habitacionais executadas por famílias de baixa renda (Brasil, 2009). Apesar do seu potencial, sua implementação efetiva ainda enfrenta desafios no Brasil. A falta de investimento público nessa estratégia tem resultado em poucos exemplos de aplicação eficaz da lei, embora existam casos positivos, como em Brasília e na Paraíba, onde escritórios públicos e populares têm obtido resultados favoráveis (Cirino, 2019).

Portanto, os processos de provimento habitacional, inclusive a autoconstrução, constituem um campo de estudos complexo e fértil, com muitas variações na realidade brasileira. Aqui tem-se o intuito de agregar conhecimentos à problemática social da moradia no Brasil e contribuir para uma análise das práticas de autoconstrução existentes na região Nordeste, onde persiste como alternativa para moradia popular. A seguir, apresenta-se o método e o resultado da pesquisa.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo refere-se a uma primeira aproximação exploratória à Comunidade da Luz realizada como parte das atividades desenvolvidas durante o último ano de graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo. Trata-se de um estudo exploratório de abordagem mista, por meio do levantamento de dados quantitativos sobre a comunidade, observação da realidade local, registro fotográfico e visitas técnicas. Estas ocorreram entre 2021 e 2022, em horários diferenciados, as quais permitiram o levantamento das categorias das moradias autoconstruídas existentes. Nesse contexto, por se tratar de uma comunidade que surge de um loteamento, o aspecto das edificações não difere muito do que demonstram as pesquisas e relatos de ocupação e consolidação de loteamentos irregulares em outras cidades brasileiras (Sombra, 2017). De modo geral, a construção é regida pelo saber autoconstrutivo que gera um padrão sem planejamento formal; as edificações se utilizam de materiais construtivos variados, frequentemente reaproveitados ou de menor qualidade; as estruturas são adaptadas às necessidades imediatas dos moradores; e

podem ser vistos alguns problemas estruturais evidenciados por rachaduras e precariedade das construções (Morado Nascimento, 2011).

Após a sistematização dos dados coletados, foi possível encontrar algumas variações entre os exemplares catalogados, que se referem às características específicas de cada unidade de moradia construída pelos residentes, muitas vezes refletindo as necessidades, recursos ou habilidades dos construtores. Logo, as categorias encontradas foram organizadas em 3 grupos principais e 7 subcategorias, conforme detalhado a seguir:

1) Padrão simples: edificações térreas, com apenas porta e janela na fachada frontal, sem recuos laterais.

A: edificação térrea, com porta e janela e caracterizada pela ausência de manutenção.

B: edificação térrea, com porta e janela e caracterizada pelo revestimento cerâmico na fachada.

2) Padrão médio: edificações com terraços como “hall” de entrada, podendo ser térreas ou com mais pavimentos, revestimento cerâmico e inserção ou não de comércio na área frontal, existência ou não de recuos.

C: edificação térrea, com hall de entrada, sem recuos.

D: edificação térrea, com muros, com recuo frontal.

E: edificação térrea ou com mais pavimentos, com existência de comércio na fachada frontal.

3) Padrão médio-alto: edificações que possuem as mesmas características do grupo Padrão médio, mas possuem espaço para garagem de automóveis.

F: edificação térrea, com existência de garagem e terraço na fachada frontal.

G: edificação térrea + 1 pavimento, com existência de garagem e terraço na fachada frontal.

É importante ressaltar que devido à extensão da comunidade - aproximadamente 110.000 m² - foi realizado um diagnóstico amplo dos 530 lotes existentes de forma a compreender a realidade do local, mas o foco dos esforços de classificação das categorias ocorreu em um recorte que

contemplou 2 ruas específicas: a Rua Aderbal Cruz e a Rua São Joaquim, as quais apresentaram maior diversidade de categorias, de usos e de classes sociais, totalizando 169 edificações.

DESENVOLVIMENTO

Área de estudo

Belém está situada na região metropolitana de Guarabira, cerca de 123 km da capital paraibana, e conta com uma população de aproximadamente 16 mil habitantes (IBGE, 2022). Suas origens remontam a um aglomerado humano no início do século XVIII.

Figura 1: Brasil, Paraíba com localização do município de Belém no estado e delimitação da área urbana no território municipal
Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2021)

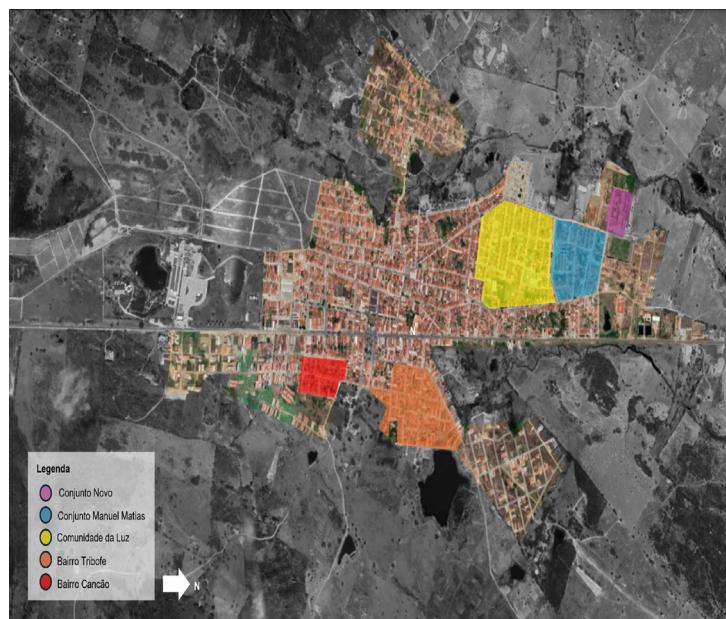


Ao longo do século XIX, o desenvolvimento urbano de Belém se consolidou, especialmente após a doação de 80 hectares de terra para a construção da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, marco zero da cidade. As áreas próximas à catedral, antes ocupadas por residências e comércios, são, atualmente, uma das regiões mais movimentadas do município. A população de menor poder aquisitivo se estabeleceu nas áreas periféricas, como na Luz, Canção, Tribofe, Conjunto Manuel Matias e o Conjunto Novo, locais que se formam por meio da prática de autoconstrução de suas moradias.

Não há registro oficial que determine a divisão dos bairros da cidade; no entanto, existe uma delimitação popular (figura 2) que é comumente reconhecida. A Comunidade da Luz, objeto de estudo geográfico, teve origem em um loteamento iniciado em meados da década de 1980 [1985?], se consolidando nos anos 1990 através da autoconstrução. Atualmente se encontra plenamente ocupada e representa uma das áreas mais necessitadas da cidade, acometida por inúmeros problemas urbanos e so-

ciais. Contudo, está passando por um intenso processo de urbanização, que inclui a pavimentação de ruas, instalação de equipamentos públicos e significativos investimentos em infraestrutura.

Figura 2: Vista aérea da cidade de Belém – PB, com indicação na legenda das comunidades existentes
Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2024)



Caracterização da Comunidade da Luz

A Comunidade da Luz está situada a cerca de 1 quilômetro do centro da cidade de Belém. Apesar dessa proximidade, a comunidade oferece uma série de equipamentos públicos para atender às necessidades da população local. Dentre esses equipamentos estão uma escola pública, uma unidade básica de saúde e um centro comunitário. Além disso, nas redondezas, há o Hospital Distrital, uma creche e o Centro Poliesportivo da cidade.

Ao examinar a morfologia da comunidade, é possível observar um traçado relativamente regular (figura 3 e 4). Contudo, esse padrão é interrompido pelas construções realizadas pelos moradores, o que faz com que as ruas e quadras aparentem falta de padronização. Muitas vezes, essas vias parecem ser estreitas ou largas, com tamanhos variados de lotes, com ou sem recuos, resultando em uma integração peculiar com o entorno. As habitações frequentemente utilizam materiais diversos, refletindo a disponibilidade dos moradores. A maioria das ruas é pavimentada e possuem calçadas irregulares tanto em largura, quanto em altura em relação a pista de rolamento.

Figura 3 e 4: Imagens das ruas Aderbal Cruz e São Joaquim – Comunidade da Luz
Fonte: Autoras (2022)



Através de visitas e levantamentos realizados nesta pesquisa, constatou-se que a Comunidade da Luz é predominantemente residencial e térrea, com alguns pequenos comércios incorporados em algumas das residências, as quais foram objeto de intervenções arquitetônicas para abrigar esse novo uso (figura 5). Como resultado, é possível notar áreas densamente construídas, com apenas 3% correspondendo a espaços vazios. A taxa de ocupação também foi um fator relevante, já que a maioria das edificações possui uma taxa de 100%, o que implica no alinhamento das fachadas em relação aos limites frontais dos terrenos, resultando em uma proximidade direta dos edifícios com as ruas. Existe uma reduzida porção arbórea na comunidade, apresentando manchas verdes concentradas em apenas a nordeste do bairro.

Figura 5: Mapa de uso e ocupação do solo da Comunidade da Luz
Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2021)



Sobre o aspecto das edificações existentes, percebe-se que em geral seguem o que é apontado por Morado Nascimento (2011, p.4) sobre autoconstrução em loteamentos (regulares ou não) – ver tópico materiais e métodos – se diferindo das autoconstruções de favelas ou ocupações organizadas por apresentarem: 1) maior investimento na moradia pela maior segurança na posse da terra, diluídos ao longo do tempo; 2) possibilidade de conquistas de infraestrutura através da pressão social; 3) a autoconstrução como ação individual e familiar.

A figura 6 exemplifica o que foi posto anteriormente. Ela mostra duas imagens do mesmo trecho da Rua Aderbal Cruz, na Comunidade da Luz, capturadas pelo Google Street View em 2012 e 2022. Ao longo desses dez anos, a rua, predominantemente térrea e residencial, com edificações erguidas em alvenaria, passou por algumas mudanças significativas. Esteticamente, nota-se que houve a adição de novos revestimentos tanto nas paredes, quanto nos pisos das calçadas; houve troca das portas, portões, gradis e janelas em todos os lotes; o lote 03 se transformou em um mercadinho inserindo uma publicidade em sua fachada e o lote 04 abriu um portão de garagem. Durante as visitas ao local, há uma sensação de obras constantes nessa rua, tanto pela pavimentação realizada pela administração municipal, quanto pelas diversas modificações que os próprios moradores fazem em suas propriedades.

Figura 6: Mesmo trecho da Rua Aderbal Cruz em 2022 (acima) e 2012 (abaixo)
Fonte: Google Street View, editado pelas autoras (2024)



Conforme explicado, devido à extensão da comunidade, concentram-se os esforços nos 169 lotes existentes entre as ruas Aderbal Cruz e a São Joaquim, que apresentam maior diversidade de categorias e de usos. Assim, constatou-se que a área é composta predominantemente por residências (152) e edificações de uso misto - residências e pequenos comércios – (9), térreas, apresentando um padrão simples. Todas as edificações existentes são caracterizadas pela autoconstrução em alvenaria, utilizando revestimentos variados e sem um planejamento estético formal. As estruturas são adaptadas às necessidades dos moradores e apresentam alguns problemas estruturais, como rachaduras, descascamentos e focos de umidade.

Por ser bastante densa, não há espaço para se expandir horizontalmente, logo, é possível encontrar algumas edificações que crescem de forma verticalizada através da criação de novos pavimentos. Além disso, a análise das construções revela variações na conservação e personalizações dos moradores, indicando diversidade socioeconômica dentro do mesmo padrão habitacional. Assim, essas diferenciações permitiram classificar as edificações existentes em 3 categorias principais e 7 subcategorias, conforme pode ser visto na figura 7.

Figura 7: Vista área da Comunidade da Luz com indicação na legenda das 3 categorias principais observadas

Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2021)



Padrão Simples

As edificações classificadas como Padrão Simples são dominantes na área analisada, totalizando 87 lotes, correspondendo a 59,25% das construções da área de estudo. Após observá-las e analisá-las foi possível perceber diferentes características entre elas. Desse modo, separa-se as moradias em dois subgrupos: A – edificação térrea, com porta e janela e caracterizada pela ausência de manutenção – que totaliza 43, correspondendo a 55% do grupo. Já a B - edificação térrea, com porta e janela e caracterizada pelo revestimento cerâmico na fachada - totaliza 40, equivalente a 45% do total do grupo. As imagens 8 e 9 exemplificam as subcategorias A e B, e as identificam no mapa do local.

Figura 8 e 9: Categoria Padrão simples, com exemplares das subcategorias A e B, respectivamente

Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2021)





Padrão Médio

As edificações classificadas como Padrão Médio totalizam 48 lotes, correspondendo a 31,88% das construções da área de estudo. Essas apresentam diversas características, sendo possível dividi-las em 03 subgrupos: C – edificação térrea, com hall de entrada, sem recuos – que totaliza 36, correspondendo a 70% do grupo Padrão Médio. Já a D - edificação térrea, com muros, com recuo frontal - totaliza 9, equivalente a 16% do total do grupo. E a E - edificação térrea ou com mais pavimentos, com existência de comércio na fachada frontal - totaliza 5, equivalente a 1% do total do grupo. As imagens 10, 11 e 12 exemplificam as subcategorias C, D e E, e as identificam no mapa do local.

Figura 10, 11 e 12: Categoria Padrão médio, com exemplares das subcategorias C, D e E, respectivamente

Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2021)





Padrão Médio-Alto

As edificações classificadas como Padrão Médio-Alto são as mais difíceis de serem encontradas, totalizando 12 lotes, correspondendo a 8,88% das edificações da área de estudo. Foi possível dividi-las em 02 subgrupos: F – edificação térrea, com existência de garagem e terraço na fachada frontal – que totaliza 13, correspondendo a 90% do grupo Padrão Médio-Alto. Já a G - edificação térrea + 1 pavimento, com existência de garagem e terraço na fachada frontal - totaliza 1, equivalente a 10% do total do grupo. As imagens 13 e 14 exemplificam as subcategorias F e G, e as identificam no mapa do local.

Figura 13 e 14: Categoria Padrão médio alto, com exemplares das subcategorias F e G, respectivamente
Fonte: Google Earth, editado pelas autoras (2021)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou identificar as práticas de autoconstrução na Comunidade da Luz em Belém-PB e classificá-la em diferentes categorias de moradias, compreendendo as diversas formas de provisão habitacional associadas às necessidades dos seus moradores. A realidade encontrada nesta comunidade no agreste paraibano reflete as condições de vida e de moradia de parte da população brasileira desfavorecida economicamente, mostrando que se trata de um problema de desigualdade social. Em um contexto de alto déficit habitacional, as famílias de baixa renda recorrem à autoconstrução em áreas periféricas, com infraestrutura precária ou inadequada para a urbanização devido à impossibilidade de acesso ao mercado imobiliário formal.

Os resultados da investigação evidenciam que o arranjo espacial da comunidade é resultado de uma diversidade de formas e uso das edificações, seja para moradia, seja para comércio, refletindo o cenário predominante em muitos assentamentos semelhantes no país. Uma vez que grande parte das construções da Comunidade da Luz em Belém-PB surgiu por meio da autoconstrução, isto lhe confere dinamismo e identidade. Além disso, atualmente, a comunidade está em processo de urbanização por parte do poder público local, com vários equipamentos públicos em construção e ruas pavimentadas.

Investigaram-se as características e a realidade do local através de levantamentos métricos e fotográficos, os quais permitiram classificar as categorias encontradas em 3 grupos principais e 7 subcategorias de edificações que refletem o perfil socioeconômico dos moradores. Algumas apresentavam revestimentos, enquanto outras careciam até mesmo de reboco, evidenciando as disparidades nas condições habitacionais entre os próprios residentes.

Na comunidade, as moradias autoconstruídas são essenciais como forma de sobrevivência. Elas são uma estratégia utilizada para driblar a falta de moradia e funcionam como uma maneira de expressar identidade, cultura e aspectos sociais na habitação de acordo com as características culturais do morador. A escolha dos materiais e o regime de produção são aspectos que indicam que os moradores possuem um saber tradicional aplicado na autoconstrução. Nesse sentido, pode-se dizer que constroem moradias que contemplam em alguma medida suas necessidades habitacionais. No entanto, fica evidente a incompatibilidade das construções e as ampliações individuais que ocorrem de acordo com suas condições financeiras e as normas que regulam a cidade formal.

Por fim, este estudo buscou dar visibilidade à adaptabilidade e à capacidade de improvisação e o saber dos moradores locais, mostrando a autoconstrução como uma forma de enfrentamento por parte da população mais desfavorecida na luta pelo direito à moradia. Por outro lado, evidencia-se que existem estratégias individuais para resolver problemas que são de ordem social e coletiva. Esses problemas requerem políticas públicas específicas para lidar com os condicionantes sociais que criam barreiras ao acesso à moradia digna para a parcela economicamente desfavorecida, os quais frequentemente permanecem invisíveis.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcos Henrique. Políticas de provisão habitacional no Brasil: contradições e limites à integração social. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2015.

BALTHAZAR, Renata. **A permanência da autoconstrução**: um estudo de sua prática no Município de Vargem Grande Paulista. São Paulo: Mestrado de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BURNETT, Frederico Lago; DE SOUZA, Clara Raissa Pereira; MONIZ FILHO, Manoel Fernando. Arquitetura como resistência: autoprodução da moradia popular no Maranhão. **Revista Thesis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 2021.

CARDOSO, André; TAVARES, Gustavo. "Da Adversidade Vivemos": Autoconstrução como linguagem habitacional na favela carioca de Mangueiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL - ACADEMIA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DE LÍNGUA PORTUGUESA - AEAULP: A LÍNGUA QUE HABITAMOS, 4., 2017, Belo Horizonte. **Actas** [...]. Belo Horizonte: Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2017.

CARVALHO, Conrado Gonçalves; ALBERTO, Eduarda; SILVOSO, Marcos Martinez. Autoconstrução e a democratização da arquitetura e engenharia: Considerações sobre formação profissional e o necessário debate de conceituação da ATHIS e do Empreendedorismo Social. **Anais dos Encontros Nacionais de Engenharia e Desenvolvimento Social**, v. 17, n. 1, p. 1-21, 2022.

CAVALCANTI, Mariana; ARAUJO, Marcella. Autoconstrução e produção da cidade: outra genealogia dos estudos de infraestruturas urbanas. **Estudos Avançados**, v. 37, n. 107, p. 7-24, 2023.

CIRINO, Sarah. **Arquitetura Social**: experiências em assistência técnica. Brasília: UNB, 2019.

CUNHA, Guilherme. Déficit habitacional: o tamanho da desigualdade social no Brasil. **Boletim Economia Empírica**, v. 1, n. 1, 2020.

DRUMOND, Rejane; CASTRO, Maria. Déficit habitacional qualitativo de Belo Horizonte: estratégias aplicadas para melhoria das habitações de baixa renda existentes. **Revista Mackenzie**, São Paulo, 2016.

FERREIRA, Marina. Autoconstrução e autogestão habitacional no Brasil: um estudo comparativo em dois períodos: 1975-1986 e 2004-2018. **Journal of Urban Technology and Sustainability**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 51–64, 2020.

GONÇALVES, Juliano. **A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos**: um estudo de caso. São Paulo: Mestrado em Economia na UNICAMP, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2024.

LINHARES, Juliana; MORADO NASCIMENTO, Denise. Atuação do arquiteto na produção da moradia autoconstruída pela população de baixa renda. *In: LIBÂNIO, C. de A.; PEREIRA, J. (org.). Periferias em rede: experiências e perspectivas*. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018.

LOPES, Marcela. Artesanias na cidade autoconstruída. *In: MORADO NASCIMENTO, D. (org.). Saberes [auto] construídos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In: VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia; ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. (org.). A cidade do pensamento único: desmascarando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Manual para Prestação de Serviços de Assistência Técnica, Instrução Normativa Nº46 de 2009**.

MORADO NASCIMENTO, Denise. A autoconstrução na produção do espaço urbano. *In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. (org.). Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

MORADO NASCIMENTO, Denise. A outra lógica da prática. *In: MORADO NASCIMENTO, D. (org.). Saberes [auto] construídos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

OLIVEIRA, Viviane. Do BNH ao Minha Casa Minha Vida: Mudanças e Permanências na política habitacional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 50, p. 36–53 , 2014.

SANTOS, Cecilia. Infraestrutura autoconstruída: articulações sociotécnicas na produção do espaço. *In: MORADO NASCIMENTO, D. (org.). Saberes [auto] construídos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

SANTOS, Thaiza. **Autoconstrução**: expressão do ser no mundo. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019.

SILVA, Eduardo; Albuquerque, Rogério; MATOS, Laura; ABREU, Mayra; CARNEIRO, Elles; SILVA, Auricélio; SOARES, Wenderson. Neoespoliação urbana e moradia: análise socioeconômica da autoconstrução no Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 11, p. 20631–20652, 2023.

SILVA, Waleska. **O Estado como agente de produção do espaço urbano**: análise comparativa de dois Conjuntos Habitacionais de João Pessoa-PB. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário de João pessoa, João Pessoa, 2018.

SOMBRA, Daniel. **De casa em casa a cidade**: autoconstrução e melhorias habitacionais no loteamento Santa Cecília. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VIDAL, Fernando. **A autoconstrução e o mutirão assistidos como alternativas para a produção de habitações de interesse social**. 2008. Dissertação (Mestrado de Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

WHITAKER, João. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 2005, Bauru. **Anais** [...]. Bauru: UNESP Bauru e SESC Bauru, 2005.